

Bocage e a Educação Entre Dois Séculos

ROGÉRIO FERNANDES

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

rogerio.a.fernandes@sapo.pt

RESUMO: Integrada nas comemorações do II Centenário de Bocage, promovidas pela Câmara Municipal de Setúbal sob a direcção do Prof. Daniel Pires, esta conferência visa evocar as estruturas de educação escolar existentes no período correspondente à vida do poeta e a evolução delas. De certa maneira, a sua função consiste no contributo que prestam à leitura da biografia de Bocage, apesar de a sua carreira académica ter sido muito limitada, já que não frequentou a Universidade de Coimbra, tendo ingressado, em compensação, numa escola de formação profissional do tipo da Academia de Guardas-Marinha.

A vida intelectual de Bocage, designadamente a actividade literária demonstra, por outro lado, que a sua formação cultural decorreu por assim dizer ao lado da escola, embora o domínio do Latim e da Língua Francesa, (aquisições escolares) lhe tenham permitido o desempenho de outras actividades, tais como, por exemplo, a de tradutor. Os seus versos revelam, ainda que a uma análise pouco aprofundada, uma cultura filosófica que se pode considerar rara na sua época.

Eis o que também tentamos aprofundar, na convicção de que a formação extra-escolar, livre das limitações da ideologia oficial, constituía em certos casos o elemento mais relevante dos fenómenos de contra-cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Reformas pombalinas, Educação doméstica, Educação escolar, Academia de Guardas-Marinhas.

Fernandes, Rogério (2006). Bocage e a Educação Entre Dois Séculos. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, pp. 15-26
Consultado em [mês, ano] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

Na¹ transição do século XVIII para o século XIX, Portugal seguiu o caminho da maioria das monarquias europeias. Exceptuando os factos singulares da Revolução americana e, em seguida, da grande revolução francesa de 1789, os anos terminais do século XVIII caracterizam-se pela adesão ao chamado Despotismo esclarecido, isto é à teoria de que a fundação de Estados nacionais é essencialmente um processo de concentração do Poder no interior da realeza e de construção, através da educação e da técnica, de um espaço económico baseado no comércio

Nos finais de Setecentos não achamos em Portugal a presença activa de nenhum dos grandes projectos educativos constitutivos dos ideais dos Enciclopedistas revolucionários. Se existiam círculos culturais onde os nomes e algumas obras de Rousseau e de outros iluministas não eram desconhecidos, a sua leitura exigia em Portugal uma rigorosa clandestinidade, contrariamente ao que se passava em outras monarquias ilustradas que ocasionalmente lhes recrutavam os serviços e os consultavam em ordem à consecução de novos planos político-sociais. Em Portugal, o Estado absoluto seguiu outros percursos ao longo da segunda metade de Setecentos, instalando organismos de controlo da vida dos cidadãos, das suas leituras e dos seus pensamentos, não hesitando em lançar nas enxovias os que fossem tidos como os mais perigosos e ousassem pôr em causa o régio Poder. No nosso país a era da concentração dos Poderes atingiu o seu vértice com D. José I e com o seu Secretário de Estado dos Negócios

do Reino, o marquês de Pombal e conde de Oeiras. O Estado Absoluto teve nesse período a sua primeira consolidação, tendo sabido ler no período de agitação de ideias que precedeu a Revolução de 1789 os sinais indiciadores dessa mesma revolução. Assim, chamou a si todas as funções sociais, sobrepondo-se a todas as classes, em primeiro lugar à nobreza tradicional e procurando apoiar-se na burguesia.

A educação foi uma das áreas em que o processo de afirmação do Poder central foi mais claro e determinante.

A EDUCAÇÃO DOMÉSTICA / ENSINO PRIVADO

O ensino doméstico de Primeiras Letras, ou seja o Ler, Escrever e Contar, além da formação doutrinal do Catecismo religioso e civil, equivalente ao que mais tarde viria a chamar-se Instrução Primária, era ministrado eventualmente por um preceptor particular, (pelo capelão, por um elemento da família ou por um mestre de Primeiras Letras, também chamado de Meninos, que desse aulas diariamente em casa dos alunos onde se deslocava.

Esta modalidade de educação e instrução constituía o primeiro escalão do sistema de ensino privado.

Em paralelo com este modelo havia o que ao tempo se chamava “ensino público”, isto é, aquele que era leccionado em intenção de um ou mais alunos fora das respectivas moradas. Os discípulos frequentariam então uma instituição educativa por que era responsável o docente seu fundador. Não

havendo, nesse tempo, edifícios escolares construídos para aquela finalidade exclusiva, as aulas decorriam nas casas dos mestres ou mestras, ou em locais menos adequados, dependendo da identidade do professor, que às vezes acumulava a profissão com outras mais miseráveis.

No regime de ensino particular nocturno, existiam também escolas destinadas a adolescentes e adultos, nas quais se ensinava Caligrafia e Aritmética Comercial. Eram as “Escolas de Escrita e Aritmética”, especializadas naquelas duas matérias e dirigidas em regra por um calígrafo reputado. O seu público eram os rapazes que pretendiam aperfeiçoar-se nas duas disciplinas citadas ou o público adulto que trabalhava de dia nas repartições governamentais ou como caixeiro nas casas de comércio.

Desde o Concílio de Trento, isto é desde o século XVI, os bispos católicos tinham o dever de velar pelo ensino do Catecismo e da Leitura, e de fiscalizarem os costumes e religiosidade dos mestres e mestras que exercessem a profissão docente, concedendo-lhes ou não licença para ensinarem nas respectivas dioceses por determinados prazos renováveis.

Além das matérias referenciadas, estes profissionais ministravam, a nível secundário e de modo avulso, aulas de Gramática Latina, Gramática Grega e Retórica. Mais tarde, seria acrescentado ao ensino destas disciplinas o de Filosofia Natural e Moral. Semelhantes matérias interessavam às famílias na medida em que constituíam um acréscimo de cultura pessoal ou mais provavelmente um preparatório do ingresso nas Universidades de Coimbra ou de Évora.

OS COLÉGIOS

Finalmente é preciso referir o elemento mais importante do sistema escolar público. Os principais colégios do país eram dirigidos pelos Jesuítas. No curso geral leccionavam-se disciplinas do que chamaríamos hoje “ensino secundário”, seguindo métodos e compêndios próprios.

Os currículos escolares destes colégios, os quais, apoiando-se financeiramente no legado de um devoto se tornavam muitas vezes gratuitos, destinavam-se à formação na cultura clássica mas abrangiam

insuficientemente matérias tais como a Língua materna. A língua de comunicação era o Latim, por vezes deteriorado para atender a situações que a língua latina não previra. Além disso, em disciplinas como a Matemática e a Física, os Jesuítas não acompanhavam os desenvolvimentos científicos modernos, notadamente a experimentação. Assim, em Portugal os colégios jesuítas tinham sido excelentes no século XVI quanto ao ensino de humanidades mas entraram em decadência quando as ciências físicas, com Galileu e Newton, e as matemáticas, com Descartes e Leibniz, ganharam preponderância sobre a cultura greco-latina².

Em contrapartida os colégios da Companhia de Jesus distinguiam-se quanto à organização. Quando as turmas eram muito numerosas os Jesuítas dividiam-nas em grupos de dez (decúria), cada um deles acompanhado por um monitor (decurião). Aos sábados havia competições entre esses grupos sob a forma de debates (sabatinas). Os horários incluíam intervalos que se permitia fossem preenchidos pela prática de jogos e exercícios físicos. Um dia por semana interrompiam-se as aulas com um passeio no exterior da instituição, de preferência no campo. Além disso, escreviam-se peças de teatro em Latim, imitando os modelos clássicos, levadas à cena por alunos e professores. Com a sua elaboração preenchiam-se as longas noites de Inverno.

Os Jesuítas mantinham uma forte estruturação das actividades dos jovens. A disciplina imperava nesses colégios onde existia uma cadeia de comando desde o director até aos professores. Os alunos eram obrigados a denunciar os colegas prevaricadores sob pena de serem considerados cúmplices. Além da formação, com base na cultura clássica, e da endoutrinação religiosa, os Jesuítas formavam as crianças e os jovens para serem fiéis cristãos e cidadãos zelosos. Um colégio jesuíta seguia um ritmo de vida de teor concentracionário, firmado na obediência incondicional, na espionagem mútua e na denúncia. A formação ministrada era a mais conconde com os ideais do Antigo Regime.

Os grandes competidores dos Jesuítas viriam a ser, sob D. João V, os Oratorianos, aos quais o soberano concedeu um belíssimo edifício para colégio no parque das Necessidades. Mais do que isso, o rei presenteou-os com um laboratório de Física, destinado à lição dos alunos e de público externo

que se interessasse pelo experimentalismo, além de lhes conceder o direito a que os seus discípulos ingressassem directamente na Universidade sem que tivessem de ser examinados pelos professores da Companhia de Jesus³.

Ao contrário das Ordens religiosas, cujos colégios estavam instalados em edifícios de algum modo adequados às aulas, aos refeitórios, dormitórios e enfermarias, os mestres e mestras de meninos/meninas dispunham apenas das casas de que eram arrendatários para leccionarem numa das suas divisões, quase nunca a mais salubre. Em semelhantes residências, havia casos em que os professores recebiam em regime de internato um grupo de discípulos de um ou de outro sexo. As crianças, residindo no interior do concelho em local distante da escola, ou impossível de percorrer duas vezes no mesmo dia visto que tinham aulas de manhã e de tarde, ficavam sob protecção do seu mestre ou mestra. Era o que se chamava *pensões*.

UM ENSINO FINANCIADO PELOS PODERES MUNICIPAIS

Ocorria, entretanto, que as Câmaras Municipais, prosseguindo uma política iniciada no século XVI, financiassem eventualmente a actividade dos mestres que tivessem escola pública, pagando-lhes em dinheiro ou em géneros a educação e instrução dos filhos das famílias do concelho. Em tais casos o ensino seria gratuito, sendo absolutamente proibido aos professores cobrarem quaisquer quantias por esse trabalho, excepto na hipótese de se tratar de crianças que vivessem fora do município.

A REFORMA POMBALINA

A situação da instrução pública seria alterada em aspectos essenciais após a subida de Pombal ao lugar de Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, provinha de uma nobreza culturalmente afastada dos “Grandes”. No salão de seu avô discutia-se física experimental mais do que literatura. Ao serviço da Coroa desempenhara as funções de embaixador em Viena de Áustria e em seguida em Londres. A estada no estrangeiro

permitiu-lhe ter da vida uma visão moderna, observando o que então se passava na Europa opulenta e comparando a abundância externa com a pobreza indígena. Era, de certo modo, um estrangeirado político, a quem não era estranho um plano, em grande parte pessoal, de recuperação do País.

Pombal professava como filosofia económica o mercantilismo. Dada a incapacidade da indolente nobreza lusitana para se lançar em empreendimentos económicos rentáveis — era mais cómodo viver à mesa do Estado — e levando em conta a debilidade da burguesia nacional, designadamente das classes comerciantes, Pombal atribuiu ao Estado central o papel de criar um sector económico mediante a fundação e controlo de um certo número de grandes companhias.

A aplicação da política económica pombalina principiou no Brasil cujo governo foi confiado a um dos seus irmãos.

Pombal pretendia redefinir o papel do índio no processo de exploração colonial, usando a violência para forçar as populações ao trabalho agrícola cujos lucros fariam parte do mesmo sistema de exploração. Tal processo incluía a distribuição e cultivo do território, além da sua eventual redivisão em fazendas, ao mesmo passo que se propunha promover o ensino da Língua portuguesa, liquidando o *tupi* ou Língua Geral. Esta política contrariava frontalmente a orientação dos Jesuítas, que se eximiam à difusão da Língua portuguesa e resistiam à aplicação das indicações emanadas da sede do Poder.

A situação dos Jesuítas em Portugal agravara-se quanto às suas responsabilidades no ensino devido à publicação em 1746 de uma obra célebre: *Verdadeiro Método de Estudar* que tinha como autor um Padre Barbadinho, forma de cobrir o nome de Luís António Verney, residente em Roma e crítico implacável dos Jesuítas portugueses (Gomes, 1982).

Um dos aspectos em que o conteúdo do livro deverá ter impressionado o seu principal leitor foi a crítica virulenta que dirigiu aos métodos e compêndios da Companhia de Jesus, embora numa das passagens do seu livro ele tenha dito que se compatibilizaria mais com os membros da Companhia de Jesus se fossem italianos, o que sugere que os jesuítas portugueses eram particularmente rudes e incultos.

O conflito entre os Jesuítas e o Poder estalou em 1759. Aquela Ordem religiosa foi expulsa do País

e proibidos todos os estudos que dirigisse, assim como os compêndios de que os seus membros fossem autores. Alguns dos actos repressivos do Poder foram espectaculares. É o caso da extinção da Universidade de Évora, cuja supressão foi acompanhada de um cerco militar no quadro do qual o encerramento da biblioteca parece ter tido laivos dramáticos.

As consequências desta política, ao nível educacional, cifraram-se na concentração do ensino universitário em Coimbra e no desaparecimento do que hoje denominamos “ensino secundário” nos colégios, já que os Jesuítas escassamente interferiam ou promoviam a alfabetização. Subsistiam apenas as escolas públicas de professores independentes e os ensinamentos domésticos.

Os anos de 1759-1760 marcaram a primeira fase da fundação do ensino régio gratuito (hoje diríamos *oficial*) no nosso país. Assinalaram também os primeiros passos na construção de um sistema de ensino. Sumariamente, essas disposições reformistas foram as seguintes:

- Criação da Aula de Comércio, ou seja um curso de guarda-livros, a pedido dos comerciantes da praça de Lisboa;
- Instruções para os professores de Gramática Latina, Grega, Hebraica e de Retórica (definição dos programas, dos métodos dos manuais de ensino obrigatórios);
- Reforma dos Estudos das Línguas Latina, Grega, Hebraica e da Arte da Retórica;
- Criação da função de Director dos Estudos, órgão de orientação e direcção estatal dos estudos;
- Criação de cadeiras gratuitas de Latim, Grego, Retórica, e sua distribuição pelo país;
- Providências sobre o exercício dos professores de Gramática e Retórica;
- Fundação do Colégio dos Nobres, um internato de ensino secundário moderno destinado exclusivamente à nobreza.

Mas a reforma pombalina não se ficaria por aqui. Em 1772 foi criado um imposto sobre a produção de vinho, ou sobre a aguardente ou o vinagre. Nas possessões ultramarinas em que não fossem produzidas bebidas alcoólicas seria taxada a carne dos talhos. Com o produto desse imposto o Estado propunha-se alargar o pagamento dos professores que asseguravam o funcionamento de Escolas

Régias Gratuitas de Ler, Escrever e Contar, então fundadas, e ainda as cadeiras de Filosofia Racional e Moral que passavam a figurar no elenco do secundário, ele próprio constituído pelas cadeiras de Gramática Latina, Gramática Grega e Retórica.

Não foi intenção de Pombal assegurar o acesso de todos ao ensino elementar. Aos que trabalhavam nos campos e nas oficinas bastaria o ensino oral do Catecismo. Assim, o sistema educativo teve desde o início uma orientação excludente a que não era alheia, por mais estranho que pareça, a opinião coincidente de vários teóricos revolucionários e, quanto a Portugal, do médico Ribeiro Sanches, o célebre autor das *Cartas sobre a educação da mocidade*, livro publicado em Paris, no ano de 1759, com o elogio das primeiras medidas educacionais pombalinas.

Quanto ao ensino industrial manufactureiro, esse far-se-ia nas próprias oficinas mediante aprendizados especificados nos alvarás dirigidos aos diferentes empresários.

Ademais, Pombal promoveu uma importante reforma da Universidade de Coimbra, à qual foram acrescentadas duas novas Escolas: através das quais passou a existir uma licenciatura em Matemática e outra em Filosofia (Ciências Físicas e Naturais). Tais instituições alinharam ao lado das Faculdades tradicionais, cujos estatutos foram revistos, não só do ponto de vista dos currículos e conteúdos de ensino como também das práticas didácticas.

Quanto às coisas do mar, notemos que o ministro de D. José I aceitou o pedido da burguesia portuguesa no sentido de ser criada uma Escola Náutica na sua cidade, assegurando para o efeito dois barcos armados de canhões, o que viria a ser feito em 1761. Nessa instituição formar-se-iam os oficiais de Marinha e os Pilotos que permitiriam comboiar as frotas comerciais constantemente atacadas no alto mar pelos piratas. A instituição era administrada pela Companhia de Vinhos do Alto Douro, que a propusera ao Governo, interessada como estava em proteger a actividade marítima ligada à exportação.

Nestas circunstâncias, Pombal não criou propriamente nenhuma escola especializada de futuros oficiais da marinha mercante ou da marinha de guerra. Limitou-se a formar o Corpo dos Guardas-Marinhas, que não deveriam exceder o número de

24, recebendo o mesmo soldo dos alferes de infantaria. A admissão a esta classe exigia que os candidatos fossem moços fidalgos ou filhos de oficial general ou superior.

Pombal não manteve a classe dos guardas-marinhas senão durante 13 anos. Um decreto de 1774 reconheceu a “pouca aplicação e aproveitamento que a maior parte dos guardas-marinhas [tinha mostrado]”, ordenou a reforma de todos os que não haviam alcançado a promoção até àquela data e extinguiu a corporação.

Só em 1779 (Carta de Lei de Agosto desse ano) seria criada a Academia Real da Marinha, com o objectivo de formar as marinhas militar e mercante mediante a realização de um curso de base fortemente matemática. A classe dos Guardas-Marinhas só viria a ser restaurada em 1782, com o total de 48 membros. O seu aquartelamento foi estabelecido na Sala do Risco do Arsenal da Marinha, em cujas instalações era ministrada a instrução prática e militar, sendo as aulas teóricas frequentadas na Academia da Marinha.⁴

Foi neste contexto educacional e cultural que a experiência humana de Bocage começou a construir-se.

OS ANOS DE FORMAÇÃO DE BOCAGE

Os estudos primários de Bocage foram realizados no âmbito do ensino doméstico, tendo como professores sua Mãe e seu Pai. De acordo com Teófilo Braga, “no meio dos *jogos pueris* (...), junto das *ternas irmãs*, recebeu os primeiros elementos de ler e escrever unicamente pelo desvelo materno. Aprendendo em seguida a língua francesa com seu pai” (Braga, 1876, p.13). Entretanto, segundo o mesmo autor, o ensino dos pais do Poeta teria sido precedido pelo de um professor de Primeiras Letras “muito violento” (Idem, p.17) (Nemésio, 1943).

Entretanto, o tirocínio na língua francesa deve ter principiado desde muito cedo. Sua mãe, filha de um francês, usava certamente bastas vezes a sua própria língua para se dirigir ao filho.

O falecimento da Mãe de Bocage, pouco antes de o menino perfazer os 9 anos⁵, foi certamente um trauma profundo. Sabemos que Bocage estudou em seguida Gramática Latina durante quatro anos. Tanto Inocêncio Francisco da Silva como Teófilo

Braga referem que o professor dessa matéria terá sido um eclesiástico espanhol chamado D. João de Medina, titular de uma das escolas régias⁶ de latim em Setúbal.

Com efeito, na lista de distribuição das escolas régias que acompanhava a legislação pombalina de 1772, cabiam a Setúbal duas escolas de Latim. Nas listas posteriormente publicadas, nas quais figuravam as escolas e os nomes dos respectivos titulares, D. João de Medina aparecia como um dos seus ocupantes.

Não sabemos se Bocage estudou Latim na sua própria casa, recebendo a visita diária do professor ou se, pelo contrário, terá frequentado como aluno externo a escola do sacerdote espanhol, nela recebendo as suas horas de aula (6 horas por dia, 3 de manhã e 3 de tarde). Esta última hipótese é a mais provável, do mesmo modo que é provável que D. João Medina usasse, como era comum, a palmatória, apesar da sua reconhecida competência. Uma coisa não impedia a outra. No mesmo sentido, Teófilo salientou que, após a morte da Esposa, o Pai de Bocage submetera-o “à férula violenta da gramática latina na aula régia do padre espanhol Don João de Medina” (Idem, p. 15). De todos os modos, o discípulo terá aproveitado razoavelmente esses quatro anos, porquanto, acrescenta Teófilo, era tal “a força da exclusiva educação humanista que Bocage ficou sabendo traduzir latim, mas incapaz de poder apaixonar-se pelas novas disciplinas das ciências naturais introduzidas no ensino pelas reformas de Pombal e nas fundações académicas de D. Maria I” (Idem, p. 15).

A falta da Mãe e, provavelmente, as suas deslocções pela cidade em consequência da frequência da aula de Latim fora do lar paterno, além do convívio com os condiscípulos e do seu precoce apego à vida militar, determinaram-lhe desde muito cedo o espírito de independência. Socorrendo-me mais uma vez de Teófilo, faltando “o foco onde se concentrava o sentimento da família, Bocage adquiriu muito cedo uma soltura que a perspectiva ilusória da vida militar vinha lisongear” (Id., p. 15).

Desse modo, aos 14 anos, o poeta terá virado costas ao estudo do Latim e, em 1781, fugiu para assentar praça como cadete no Regimento de Infantaria 7, da guarnição de Setúbal (Cidade, 1978, p. 30).⁷

O currículo da Academia Real da Marinha, equiparada à Universidade quanto às regalias dos alunos, abrangia três áreas fundamentais: a Matemática, a parte da Mecânica que fosse aplicável ao aparelho dos navios de vela, e a náutica (*Os primeiros cem anos da Escola Naval*, 1945, p.19). A instituição, segundo transcrição do mesmo livro, ministrava um curso de Matemática, de que eram regentes três professores: cabia ao primeiro o ensino da aritmética, geometria, trigonometria plana e a álgebra até às equações do 2º grau. O professor seguinte ocupava-se da Álgebra, na sua aplicação à Geometria, cálculo diferencial e integral, princípios fundamentais da Estática, dinâmica e hidrostática, hidráulica e óptica. O terceiro professor ensinava trigonometria esférica e a arte da navegação “teórica” e “prática”(Id., ib.).

A restauração da Companhia dos Guardas-Marinhas em 1782, levou Bocage a concorrer a um dos seus lugares e a mudar a sua residência para a capital. A sua experiência de boémio tem talvez aí as suas raízes. Com Bocage, a Poesia está na rua e com ela o culto à liberdade e a rejeição do despotismo, expresso num dos sonetos provavelmente escritos na prisão:

*Liberdade querida e suspirada,
Que o Despotismo acérrimo condena;
Liberdade, a meus olhos mais serena
Que o sereno clarão da madrugada!*

*Atende à minha voz, que geme e brada
Por ver-te, por gozar-te a face amena;
Liberdade gentil, desterra a pena
Em que esta alma infeliz jaz sepultada.*

*Vem, ó deusa imortal, vem, maravilha,
Vem, ó consolação da humanidade,
Cujos semblante mais que os astros brilha;*

*Vem, solta-me o grilhão d'adversidade;
Dos Céus descende, pois dos Céus és filha,
Mãe dos prazeres, doce Liberdade!
(Soneto nº 274, ed. DP).*

A liberdade, à qual é atribuída uma origem transcendente, entendida como dimensão existencial e como trânsito para o mundo erótico é uma

das significações desta poesia cuja audácia está bem patente no último verso: liberdade, mãe dos prazeres⁸

O curso da Companhia de Guardas-Marinhas centrava-se no estudo do navio (Aparelho), seguindo-se o Manejo de armas, incluindo as de artilharia, manobra, desenho e arquitectura naval. Meses depois de começado o curso aditaram-se aulas de aritmética, geometria e francês (Cidade, 1978, p. 31).

É evidente que tais matérias não mantinham afinidades com as humanidades que faziam o núcleo duro da cultura de Bocage.

Matriculado no Corpo por mercê régia, já que não tinha direito ao ingresso, com o soldo trimestral de 18 000 réis, abandonou os estudos no termo de 10 meses e foi dado como desertor em 6 de Junho de 1784.

Essa instabilidade ele próprio a desenha como projecto e síntese de vida, no célebre soneto em que se auto-retrata física e psicologicamente (a tristeza do rosto, os ciúmes infernais, o amator apaixonado a todo o momento e cumpridor formal da religião):

*Magro, de olhos azuis, carão moreno,
Bem servido de pés, meão na altura,
Triste de facha, o mesmo de figura
Nariz alto no meio e não pequeno;*

*Incapaz de assistir num só terreno,
Mais propenso ao furor do que à ternura,
Bebendo em néveas mãos por taça escura
De zelos infernais letal veneno;*

*Devoto incensador de mil deidades
(Digo de moças mil) num só momento,
E somente no altar amando os frades;*

*Eis Bocage, em quem luz algum talento:
Saíram dele mesmo estas verdades
Num dia em que se achou mais pachorrento.
(Soneto nº 1, id.).*

Apesar de ser dado como desertor, obteve a nomeação de guarda-marinha em 1786, viajando para a Índia, com passagem pelo Rio de Janeiro. Chegou a Goa a 20 de Outubro de 1787. Durante os dois anos em que esteve nesta pequena cidade foi autorizado

a frequentar a Aula Real da Marinha, não fazendo exame por “causa legítima”. (*Dicionário Cronológico de Autores portugueses*, 1985, pp.578-581; Cidade, 1978, p. 44).

Levando em conta as tendências da sua personalidade aventureira, era compreensível que Bocage privilegiasse na sua actividade profissional a componente prática, menosprezando o saber teórico Assim, no “Idílio Marítimo” *A Nereida*, como já acentuou Hernâni Cidade, o poeta apresentou os seus dotes de mareante, sempre com base nas destrezas práticas:

*(...) Do meu mester que requisito ignoro?
Na manobra quem é mais diligente
Que eu? Quem sabe deitar melhor o prumo?
Quem no leme, e na agulha é mais ciente?
A carga no porão com regra arrumo,
Sei pôr à capa, sei mandar à via
Como qualquer piloto, e dar o rumo
Sei como hei-de correr com travessia
E pela balestilha, ou pelo oitante
Achar a latitude ao meio dia,
Sei qual estrela é fixa e qual errante,
A Lebre, o Cisne, a Lira, a Nau conheço,
E Orion, tão fatal ao navegante
Talvez muito vaidoso te pareço (...)*
(Cidade, 1978, p. 168)

OS ANOS TERMINAIS

Neste destino, comparando-se com o de Camões (Soneto nº186, id.), Bocage passou alguns dos anos mais infelizes da sua vida. Pertencem a esse período algumas das suas poesias satíricas mais contundentes, em parte condimentadas com um profundo desdém pela cor dos habitantes, considerados mestiços. Mas o alvo central da sua crítica seria a mania das grandezas da população goesa, toda ela eivada de uma vaidade cujaimensidão não se compaginava com a magreza dos haveres. Vejamos o látigo da sua ironia:

*Tu, Goa, in illo tempore cidade,
Sempre tens habitantes de bom lote!
Não receiam que a cor se lhes debote,
Privilégio da mista qualidade.*

*Nenhum há, que não conte, e sem vaidade,
Que o seu primeiro avô, brutal Quixote,
Dera no padre Adão com um chicote
Por lhe haver disputado a antiguidade.*

*Diz-nos esta república de loucos
Que o cofre do Marata é ninharia
Que do Grão-Turco os réditos são poucos;*

*Mas, em casando as filhas, quem diria
Que o dote consistisse em quatro cocos,
Um cafre, dez bajus⁹ e a senhoria!*
(Soneto nº 190, id.)

Promovido a tenente durante o período em que esteve em Goa, foi destacado para Damão, onde somente se manteve dois dias, fugindo para Macau.

Também Macau lhe mereceu uma análise implacável. Eis o reflexo do seu olhar irónico sobre um território que bem o mereceu:

*Um governo sem mando, um bispo tal,
De freiras virtuosas um covil
Três conventos de frades, cinco mil
Naires, chatins, cristãos, que obram mui mal;*

*Uma Sé que hoje existe tal e qual,
Com catorze prebendas, sem ceitil,
Muita pobreza, muita mulher vil,
Cem portugueses, tudo em um curral;*

*Seis Fortes, cem soldados e um tambor,
Três Freguesias, cujo ornato é pau,
C'um Vigário geral, sem provedor;*

*Dois colégios, um deles muito mau,
E um Senado que a tudo é superior,
É quanto Portugal tem em Macau.*
(Soneto nº 196, id.)

De Macau evadiu-se para Lisboa, onde chegou em Agosto de 1790. De Bocage recolhe-se desse período a imagem do boémio e do gozador. Entretanto, que saibamos, até agora não se fez o rastreio as suas ideias filosóficas e consequentemente da auto-formação que terá realizado nesse território cultural. Alguns sonetos o exemplificam, não pretendendo nós mais do que apresentar uma sondagem.

Em primeiro lugar, o seu apego a uma fé religiosa baseada na razão e opositora extreme do fanatismo. Em alguns aspectos quase diríamos Bocage discípulo de Rousseau.

*Um Ente, dos mais entes soberano,
Que abrange a Terra, os Céus, a Eternidade;
Que difunde anual fertilidade,
E aplanas as altas serras do oceano;*

*Um nume só terrível ao tirano,
Não à triste mortal fragilidade,
Eis o Deus, que consola a Humanidade,
Eis o Deus da Razão, o Deus d'Elmano.*

*Um déspota de enorme fortaleza,
Pronto sempre o rigor para a ternura,
Raio sempre na mão para a fraqueza;*

*Um criador funesto à criatura,
Eis o Deus, que horroriza a Natureza,
O Deus do fanatismo ou da impostura.
(Soneto nº 320, id.)*

Noutro soneto, Bocage recusa o ateísmo materialista, que, pondo no acaso, na indeterminação, o fundamento do universo, deifica esse mesmo acaso e enjeita “a Razão luminosa, a fé sagrada”. Ou conforme exprimiu nos tercetos de um dos seus mais admiráveis sonetos:

*Mas vê, blasfemo ateu, vê monstro horrendo,
Que a bruta opinião que, cego, expressas,
A si mesma se está contradizendo,*

*Pois quando de negar um Deus não cessas,
De tudo o inerte Acaso autor fazendo,
No Acaso, a teu pesar, um Deus confessas”
(Soneto nº 310, id.)*

Esta orientação religiosa levava-o a recusar na Igreja oficial a fé fanática. Entretanto, mesmo na mais alta hierarquia encontrava objecto de admiração, tal como, por exemplo, o Dr. Fr. José Maria de Araújo, eleito para o bispado de Pernambuco e sobre quem escreveu o admirável soneto que principia “Precisa o Globo, exige a Natureza/ Mais heróis da Razão que heróis da Glória./” (Soneto nº 217, id.).

Apesar destas posições doutrinárias, Bocage viu-se acusado de subversivo, inimigo da religião e dos vínculos sociais. Em vão rebateu essas acusações num soneto de grande nobreza:

*Não sou vil delator, vil assassino,
Ímpio, cruel, sacrílego, blasfemo,
Um Deus adoro, a Eternidade temo,
Conheço que há vontade, e não destino.*

*Ao saber e à virtude a frente inclino;
Se chora e geme o triste, eu choro, eu gemo;
Chamo à beneficência um dom supremo,
Julgo a doce amizade um bem divino.*

*Amo a Pátria, amo as leis, precisos laços
Que mantêm dos mortais a convivência,
E de infames grilhões oiço ameaças;*

*Vejo-me exposto a rígida violência,
Mas folgo, e canto, e durmo nos teus braços,
Amiga da Razão, pura Inocência
(Soneto nº 278, id.)*

Porfiando uma campanha de denúncia contra o Poeta, não surpreende que Bocage acabasse por tombar nas garras daqueles que tão nobremente enfeitava sob o ponto de vista intelectual.

Em Agosto de 1797 o Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, decretou a sua prisão, tendo sido, segundo tudo indica, o autor de um relatório para o Bispo Inquisidor Geral sobre o caso¹⁰, com a data de 1797. Havendo a informação de que circulavam “papeis ímpios, e sediciosos” na Corte e no Reino, mandara indagar sobre a sua autoria, a qual dói imputada a Manoel Maria Barboza de Bocage, o qual vivia em casa de um cadete do Regimento da Primeira Armada, de seu nome André da Ponte e natural da Ilha Terceira. Tratava-se de André da Ponte do Quental da Câmara e Sousa, que viria a ser avô paterno de Antero¹¹. Em casa de André da Ponte a devassa de que foi encarregado o Juiz do Crime do Bairro de Andaluz achará vários papeis produzidos por Bocage, entre os quais “hum infame papel ímpio, e sedicioso, que se intitula Verdades duras, e principia Pavorosa Illuzão da Eternidade e acaba, de Opprimir seos Iguaes com o férreo Jugo (...)”. Do mesmo auto constavam ainda outros papeis e livros,

igualmente qualificados de “ímpios, e sediciosos,” apreendidos a André da Ponte, os quais foram apreendidos e finalmente as respostas de Bocage aos interrogatórios, uma vez que tinha sido capturado na corveta *Aviso*, na qual estava escondido e que fazia parte do comboio para a Baía.

Transferido para os cárceres da Inquisição, assumirá uma posição filosófica de raiz estoíca que lhe dava ânimo para resistir, celebrando uma vez mais o heroísmo da Razão:

*Em sórdida masmorra aferrolhado,
De cadeias aspérrimas cingido,
Por ferozes contrários perseguido,
Por línguas impostoras criminado;*

*Os membros quase nus, o aspecto honrado
Por vil boca e vil mão, roto e cuspidado,
Sem ver um só mortal compadecido
De seu funesto, rigoroso estado;*

*O penetrante, o bárbaro instrumento
De atroz, violenta, inevitável Morte
Olhando já na mão do algoz cruento.*

*Inda assim não maldiz a iníqua Sorte,
Inda assim tem prazer, sossego, alento
O Sábio verdadeiro, o Justo, o Forte
(Soneto nº 275, id.)*

Entregue ao Santo Ofício, Bocage não parece ter abdicado das suas convicções, não aceitando vergar-se às acusações de impiedade e de subversão social com que os seus inimigos o alvejavam. Ainda aqui o seu racionalismo filosófico lhe inspirava as posições perante o mundo.

Dos cárceres da Inquisição passou finalmente para o Mosteiro de S. Bento e em seguida para o Hospício de Nossa Senhora das Necessidades, onde

foi submetido a tutela espiritual. Entregou-se intelectualmente à actividade de tradutor, usufruindo do Latim ensinado em anos longínquos pelo padre espanhol e do Francês que seus próprios pais lhe tinham ensinado.

Uma vez em liberdade, pelos finais do século, celebrou sobretudo o amor fraterno. Socorrendo a irmã mais nova, Maria Francisca, e uma filha, Bocage debatia-se com gritante falta de recursos. Valeram-lhe alguns amigos e confrades. A Maçonaria ajudou-o a pagar a renda da casa da travessa André Valente, à Calçada do Combro, e o dono do Botequim das Parras, ao lado do Nicola, José Pedro Silva, o José Pedro das Luminárias, que por vezes acendia luzes festivas no Rossio em honra dos Poetas e que chegou a vender poesias de Bocage pelas ruas de Lisboa. Foi ele, de resto, que industriou o poeta a mandar versos a amigos bem colocados no mundo e que em retribuição lhe enviavam quantias que lhe permitiram sustentar-se a si e aos seus. Foi ainda José Pedro que, no leito de morte do Poeta, recolheu alguns poemas que, de outro modo, a literatura portuguesa teria perdido.

Em 1805 calou-se por fim a voz de Bocage, e à cova escura o seu estro desceu “desfeito em vento”. O “tropol de paixões” que lhe dominara a vida, o culto dos “prazeres”, por ele considerados seus sócios e seus tiranos, tinham-no conduzido a imaginar-se de essência humana quase imortal. Pura ilusão, que o levaria a aconselhar à mocidade que lhe rasgasse os versos e acreditasse na divindade (Soneto nº 7, id.).

Educado ao modo do seu tempo, Bocage foi sobretudo o que o seu trajecto existencial desenhou e cumpriu. Pode a educação traçar alguns itinerários que nos levam a percorrer os caminhos da vida nesta ou naquela direcção. Mas é sobretudo o homem, com ou contra a educação recebida, que se constrói a si próprio nos meandros da História.

1. Em primeiro lugar, seja-me permitido felicitar a Câmara Municipal de Setúbal pela concretização do programa comemorativo do Segundo Centenário da Morte de Bocage. Quero exprimir também o meu bem-haja ao Prof. Daniel Pires pelo convite que me dirigiu para colaborar nesta justíssima iniciativa. Aproveito a oportunidade para felicitar Daniel Pires pelas excelentes edições que vem fazendo das Obras Completas de Bocage, reconstituindo, sempre que necessário, os textos e as suas variantes. Também lhe agradeço algumas informações preciosas que me facultou perante dificuldades com que me defrontei na leitura do Poeta.

2. Alguns temas referentes a esta questão foram discutidos, em 2003, no Encontro Internacional que decorreu na Universidade de Évora sobre *Jesuítas, Ensino e Ciência*, o qual viria a originar um livro com o mesmo título: Carolino e Camenietzki (2003).

3. Isto não impediu, porém, que tivessem entrado em colisão com o marquês de Pombal.

4. Cf. *Os primeiros cem anos da Escola Naval*, 1945, pp. 20-21.

5. Informação de Daniel Pires, correctora do que é voz corrente.

6. Cf. Inocêncio Francisco da Silva (1862, p. 46); Teófilo Braga (1876, p. 15).

7. Esta informação foi-nos amavelmente prestada por Daniel Pires.

8. De salientar, a propósito, que Bocage, como outros intelectuais, vê Napoleão como um libertador. A propósito de vitórias obtidas na Itália pelas tropas napoleónicas em 1797, o soneto nº 163 concluía com este significativo terceto: “*Restaura-se a Razão, cai a grandeza, / E o feroz Despotismo entrega as chaves / Ao novo redentor da Natureza.*”

9. Vestuário feminino de má qualidade.

10. Devo à gentileza do meu amigo Luiz Carlos Villalta, especialista em História Social e História da Cultura, professor na Universidade Federal de Minas Gerais, a transcrição do documento a partir

do Livro da Intendência Geral da Polícia (IANTT, Intendência... Livro número 5), o qual já provocara comentários a Teófilo Braga.

11. Cf. José Bruno Carreiro (1948, pp. 29-37). André da Ponte terá um filho de nome Filipe, que virá a ser um homem de progresso e de Medicina em Coimbra, o qual acolherá o sobrinho durante o período estudantil de Antero na Universidade (idem, p. 37).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOCAGE (2004). *Obra Completa*. 1º volume. *Sonetos*. Edição de Daniel Pires. Porto: Edições Caixotim.
- BRAGA, Teófilo (1876). *Bocage. Sua vida e época literária*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora.
- CAROLINO, Luís Miguel & CAMENIETZ, Carlos Ziller (coords.) (2003). *Jesuítas, ensino e ciência*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- CARREIRO, José Bruno (1948). *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia*. Vol. 1. Lisboa: Instituto Cultural de Ponta-Delgada.
- CIDADE, Hernâni (1978). *Bocage. A obra e o homem*. 3ª. Ed. Lisboa: Arcádia.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1982). *O Marquês de Pombal e as reformas do ensino*. Coimbra: Livraria Almedina.
- INSTITUTO DO LIVRO E DA LEITURA (org.) (1985). *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*. Vol. I. Lisboa: Publicações Europa-América.
- NEMÉSIO, Vitorino (1943). *Bocage. Sonetos*. Introd., sel., notas. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1862). *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos por...* Tomo VI. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 45-53.
- SILVA, Inocêncio Francisco da (1893). *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos por...* Tomo XVI. Lisboa: Imprensa Nacional, pp. 260-264.
- _____ (1945). *Os primeiros cem anos da Escola Naval*. Lisboa: Ministério da Marinha, pp.20-21.

